

CAPÍTULO 1

PORTUGAL NA 1.ª METADE DO SÉCULO XX

1.1 Ditadura Militar

Mais do que discorrer exaustivamente sobre todos os momentos históricos ocorridos na primeira metade do século XX este capítulo procura sistematizar de uma forma coerente e devidamente contextualizada os factos e as premissas que presidiram à fundação do Estado Novo assim como a matriz cultural e ideológica traçada pelo mesmo entre 1932-1974.

Sendo o século XX um dos períodos mais ricos e férteis na História da Humanidade em termos de acontecimentos políticos, sociais e culturais, a circunscrição científica estabelecida ao longo deste capítulo a um espaço temporal extremamente reduzido – entre 1926 início da Ditadura Militar e 1933 período de Institucionalização do Estado Novo –, imperativo metodológico ditado pela orgânica funcional dos diferentes conteúdos da dissertação, deve ser vista enquanto um entendimento parcial afecto ao momento concreto que presidiu ao surgimento do Museu de Arte Popular, refractária dessa mesma dinâmica conjuntural na qual Portugal se inscreveu e de que tomou parte enquanto interveniente activo, possuidora de uma complexidade muito mais vasta e abrangente do que a exclusivamente retratada.

O movimento de 28 de Maio de 1926, assinalando o início de um período ditatorial que perdurou aproximadamente cinco décadas – assumindo a partir de 1933 uma nova expressão formal –

encontrou na República e nos episódios políticos e sociais ocorridos durante a sua vigência o elemento unificador e agregante das forças políticas e sociais envolvidas, expresso no ordenamento institucional que daí adveio. Erguendo-se na falência dos valores e princípios associados à orgânica funcional e doutrinária da mesma, traduziu um entendimento consensual na sociedade portuguesa relativamente à falência da lógica reproduzida pelo modelo liberal por parte dos actores políticos nacionais dominantes, estabelecendo-se como um imperativo de revisão e reordenamento constitucional necessário à reinstauração de uma nova ordem política, moralizada e distanciada dos vícios do republicanismo.

Vários foram os factores que impulsionaram essa viragem associados a questões de ordem política, social e cultural. De uma forma breve e sucinta é importante referir desde logo o carácter fragmentário do sector republicano, caracterizado por profundas divergências ideológicas, fundadas, algumas delas, num período anterior à institucionalização da própria República: 5 de Outubro de 1910. A coesão do novo modelo governativo raramente foi conseguida reflectindo-se em vários episódios que atestaram a incapacidade de aplicar de uma forma continuada e temporalmente sustentável políticas e reformas estruturantes necessárias à resolução dos graves problemas do país. A par disso, assente numa base de apoio socialmente restrita circunscrita aos grandes centros urbanos e filiada nos interesses burgueses aos quais pertenciam os seus mais destacados representantes, o regime republicano nunca conferiu validade a ideias ou desígnios doutrinários que perspectivassem alterações políticas e estruturais motivadas por movimentos sociais. Estabelecendo inúmeros focos de tensões em relação a sectores específicos da sociedade, o número de greves operárias e de acções de repressão foi uma constante entre 1910 e 1926, registando o ano de 1919 um número recorde de greves, 2000.

As políticas anticlericais acentuaram a desproporcionalidade entre o Portugal republicano essencialmente urbano e o Portugal alheio aos movimentos ideológicos das grandes cidades, fortemente rural e conservador. Hostilizando a principal instituição social do início do século a legislação produzida nesse contexto abriu novos espaços de conflito socioculturais em grande parte do país – marcado por uma sociedade extremamente católica e conservadora – provocando uma forte reacção contestatária por parte da Igreja e das suas associações e organizações dependentes.

Outro factor igualmente relevante e que se revelaria decisivo para o pronunciamento militar de 1926 prendeu-se com a participação de Portugal na Grande Guerra de 1914 – 1918. Traduzindo o culminar de pretensões e tensões imperiais por parte de um conjunto alargado de países, os factores que determinaram a participação de Portugal no conflito assentaram na seguinte ordem de razões: salvaguarda dos territórios coloniais; reforço da posição europeia peninsular; legitimação do novo regime político perante o país e a comunidade internacional. Contudo, em vez de criar uma união em torno da república a intervenção abriu uma crise à qual o regime não conseguiu sobreviver. Atingido o objectivo relacionado com a conservação dos domínios Ultramarinos em África, ratificado pela Conferência de Paz de 1918, os efeitos desencadeados pelos quatro anos de conflito armado em toda a Europa tiveram fortes repercussões económicas e sociais no país relativizando por completo esse mesmo aspecto. A estabilidade política pretendida, atingida parcialmente, cedo se desagregou dando lugar a um clima de contestação anti-intervencionista enquadrado pela direita – espectro político no qual se incluíam monárquicos, organizações católicas e o partido unionista¹ –, reflexo da conjuntura que se foi

¹ Reflectindo o carácter fragmentário do espectro republicano, o partido Unionista surge em 1911 no âmbito de um congresso promovido no seio do Partido Republicano do qual resultou a cisão das diferentes sensibilidades políticas no interior

desenhando progressivamente. Economicamente Portugal assistiu ao completo descontrolo das contas públicas através do aumento exponencial da despesa e do défice orçamental sendo forçado a recorrer a sucessivos empréstimos externos e internos para alimentar as suas despesas correntes e o corpo de expedição português presente na frente da guerra. A inflação subiu para valores muito superiores a 100 por cento reflectindo-se numa diminuição drástica do poder de compra por parte dos assalariados ligados ao funcionalismo público e de todos aqueles afectos a escalões sociais inferiores.

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 traduziu o desfecho óbvio dos episódios e tensões sociais protagonizados pela República durante os atribulados 16 anos que mediam 1910 e 1926. Longe de inscrever um cunho ideológico concreto e definido, o pronunciamento militar protagonizado pelo General Gomes da Costa exprimiu antes uma necessidade libertadora por parte da sociedade portuguesa em relação ao atribulado e desgastante pontificado do Partido Democrático², sustentado por condições conjunturais específicas das quais as forças armadas emergiram como último reduto da ordem pública³.

do mesmo: Partido Democrático (afecto a Afonso Costa), Partido Unionista (afecto a Brito Camacho) e Partido Evolucionista (afecto a António José de Almeida).

² Herdando as estruturas do Partido Republicano, o Partido Democrático – no plano político resultante do ordenamento de 1910 –, constituiu-se como a única associação partidária com capacidade de mobilização eleitoral impondo uma situação conjuntural marcada pela ausência de alternativas de Poder e de alternância governativa. Resultando num enorme desgaste e descrédito para o sistema parlamentar, esse sentido reforçou-se com a incapacidade revelada em estabelecer um sentido de coesão e consenso interno expresso em experiências governativas pouco duráveis e efémeras, na sua grande maioria.

³ A partir de 1920 as forças armadas assumiram uma preponderância fortíssima na sociedade portuguesa, conquistada no esforço devastador da grande guerra e reforçada com a deliquescência do regime republicano. Vistas como a última grande instituição nacional e bastião dos valores passíveis de subverterem a lógica partidária e dos políticos da república, esse entendimento surgiu sustentado pelos ecos das

Assumindo um carácter consensual e encerrando uma enorme heterogeneidade de expressões associativas, políticas e culturais, ideologicamente diversificadas – desde conservadores, monárquicos integralistas, monárquicos constitucionalistas, católicos, sindicalistas passando por diferentes sensibilidades republicanas –, o movimento militar ao arripio de qualquer concepção política ou governativa sustentou um conjunto de premissas relativamente vagas assentes apenas numa ideia comum: o fim da «ditadura» do Partido Democrático. Constituindo-se este aspecto como o elemento unificador do complexo mosaico que o materializava, longe de possuir um conjunto de pressupostos ideológicos bem definidos e devidamente enquadrados traduziu antes um conjunto alargado de sensibilidades políticas movidas pela necessidade imediata de deposição de uma realidade concreta, expressando-se claramente essa dispersão ideológica na ausência de um corpo único e de uma voz de comando devidamente legitimada e consensual.

Marcando um primeiro momento caracterizado pela luta hegemónica dessas diferentes sensibilidades políticas, do qual resultaria a vitória de um bloco militar conservador expresso no governo formado pelo General Óscar Carmona e Sinel de Cordes, Julho de 1926, o período subsequente, até 1928, foi claramente marcado pelo desacerto governativo, em especial de Sinel de Cordes enquanto ministro das finanças, incapaz de implementar políticas que permitissem avançar com a resolução da crise económica e financeira do país. A inexistência de políticas sustentadas e as lacunas resultantes da escassez de quadros superiores no âmbito das forças armadas, devidamente preparados

inúmeras experiências governativas levados a cabo em países europeus resultantes de pronunciamentos militares (refira-se os casos de Espanha (1923), Itália (1922), Alemanha (1925), Grécia (1925), Polónia (1926), Bélgica (1926)) e amplamente ansiado num contexto nacional por várias facções políticas e sociais desejosas de uma nova ordem assente no rigor, ordem pública e estabilidade política.

para o desempenho das funções ministeriais, mergulharam o país num impasse político e institucional, sem linhas de orientação definidas e sem uma finalidade assumida, concorrendo para a alienação do capital de confiança depositado na Ditadura Militar pela população, e em parte, pelas forças políticas.

Encontrando-se parte dessa estabilidade refém da questão orçamental, e esgotada a política financeira da Ditadura, no dia 27 de Abril de 1928 surge no contexto ministerial António de Oliveira Salazar enquanto ministro das finanças do Governo de Vicente de Freitas. Depois de um percurso de afirmação pública feito através dos órgãos de imprensa da Igreja Católica – enquanto contraponto da acção política no campo das finanças e enquanto expressão de uma política alternativa e saneadora do desequilíbrio orçamental –, a Ditadura Militar viu no crédito firmado por Salazar e na imagem de competência e austeridade sustentada pelo projecto por si advogado, a solução política lógica e derradeira.

Visto pelos militares como uma pessoa insuspeita pela sua posição à margem dos partidos – “Sou um modesto professor da Universidade de Coimbra [...]. Fugi sempre da política (Helena, 2003; p.30)” – e por reivindicar um programa que se assumia supra político pela urgência que implicava para o país, Salazar permitiu-se impor como condições prévias para a aceitação da pasta das finanças duras restrições financeiras aos vários ministérios, que passavam pelo completo controlo das despesas produzidas por cada um dos mesmos, expressas no seu discurso de tomada de posse:

“a) Que cada ministério se comprometa a limitar e a organizar os seus serviços dentro da verba global que lhes seja atribuída pelo Ministério das Finanças; b) Que as medidas tomadas pelos vários ministérios, com repercussão directa nas receitas e despesas do Estado, serão previamente discutidas e ajustadas com o

Ministério das Finanças; c) Que o Ministério das Finanças pode opor o seu «veto» a todos os aumentos de despesa corrente ou ordinária e às despesas de fomento para que não se realizem as operações de crédito indispensáveis; d) Que o Ministério das Finanças se compromete a colaborar com os diferentes ministérios nas medidas relativas a reduções de despesas ou arrecadação de receitas, para que se possam organizar, tanto quanto possível, segundo critérios uniformes.” (Helena, 2003, p 20)

Mas mais do que um projecto de regeneração financeira para o país Salazar acabaria por levar a cabo um projecto mais vasto, de definição política, que congregou como sustentáculo um grupo alargado e abrangente de forças de direita conservadoras e radicais, sublinhado no mesmo discurso de 27 de Abril de 1928:

“É certo que não é possível fazer boas finanças sem boa política; que uma finança sã requer uma economia próspera; que a questão social, agravada por sua vez, prejudica os problemas financeiro e económico. Mas, porque não podemos resolvê-los a todos duma vez, necessário é discutir e assentar na ordem da sua solução. Essa ordem será indicada, na interdependência das causas e dos efeitos dos problemas, em harmonia com a causa dominante”. (De Moura, 1968, p 306)

Servindo-se para tal da notoriedade que possuía junto da opinião pública e do peso político que lhe houvera sido conferido pelo próprio presidente da República Óscar Carmona⁴, reforçado

⁴ Desde o momento que Salazar entrou no executivo de Vicente de Freitas que partilhou uma enorme cumplicidade política com Carmona. Visto como o depositário último da esperança de resolução da situação económica e financeira do país, o presidente da República não mais viabilizou qualquer governo sem a presença de

pelos resultados obtidos nas medidas de rigor orçamental, geriu habilidosamente as diferentes sensibilidades que enformavam essa expressão política, agregando-as até à assunção suprema do Poder, a partir de uma base comum de rejeição em relação ao liberalismo da I República e da defesa de um Estado forte e interventivo. Nesse espaço heterogéneo estabeleceu um sistema de alianças sustentado fazendo convergir um conjunto de forças dispersas mas inscritas na mesma área política, transformando gradativamente a Ditadura Militar em Ditadura «Nacional» – hegemonzando-as claramente no contexto político vigente –.

Quando em 1932 assume a chefia do governo, o percurso realizado durante o período que mediou esse momento e a sua entrada na política, marcado por posições reveladoras de um sentido estratégico apurado, criou o conjunto de consensos necessários à implementação do seu projecto político junto da sociedade civil portuguesa e dessas diferentes forças, anulando as figuras e associações partidárias associadas aos movimentos liberais republicanos. Liderando um sistema de alianças concreto moldado pela sua ambição de Poder, definiu um conjunto de mecanismos próprios responsáveis pela submissão das diferentes correntes ao aparelho do Estado formalizados na constituição de 1933. Concentrando o âmbito decisório na figura do Presidente do Conselho, que ocuparia, e na Presidência do Estado, o texto

Salazar como lhe conferiu mesmo uma espécie de direito de veto em relação aos nomes apresentados para os diferentes ministérios. Na verdade Óscar Carmona assumiria mesmo um papel determinante no percurso e ascensão política de Salazar. No final de 1929 percebeu claramente as possibilidades políticas que se desenhavam para o país: o sistema entrevisto por Salazar, sacrificando o sistema liberal mas recuperando a economia e as finanças do país ou o regresso à República liberal recuperando o sistema partidário, ainda que revisto, em detrimento do «mago das finanças». Optando pela primeira hipótese a sua acção seria importante junto do republicanismo militar conservador, mais propriamente no âmbito dos postos hierárquicos mais levados onde detinha uma enorme influência, sujeitando e direccionando-os para as políticas e orientações ditadas por Salazar.

constitucional plebiscitado e aprovado no referido ano de 1933 consagra o pensamento de Salazar e em parte o seu percurso ascensório no panorama político nacional, enquadrando o modelo político-institucional que vigoraria durante as quatro décadas seguintes: o «Estado Novo».

1.2. Estado Novo

1.2.1. Princípios Gerais

As grandes linhas orientadoras do novo princípio político advogado por Salazar, o Estado Novo, foram definitivamente consagradas em 11 de Abril de 1933, no novo texto constitucional, estruturadas em torno dos seguintes pontos: o nacionalismo português; o imperialismo colonial; um Estado forte; o sentido corporativo; o intervencionismo económico-social.

No âmbito do «**nacionalismo português**», a estrutura do modelo político «Estado Novista» consubstanciava um conjunto de elementos valorativos e doutrinários que se assumiam enquanto factor de união e coesão dos formalismos políticos consagrados no texto constitucional. Resultando exclusivamente da produção ideológica de Salazar versada desde os primeiros momentos da sua actividade cívica e associativa, traduziam todo o seu processo formativo assim como os diferentes pontos de encontro entre as forças de direita que o sustentaram, expressos substantivamente e simbolicamente no ordenamento institucional do Estado.

Enquadrado pela conjuntura política na qual despontou, Salazar, desde os tempos da sua filiação no Centro Académico de Democracia Cristã e enquanto contestatário da nova ordem surgida, estabeleceu um discurso assente em valores fortemente nacionalistas centrados nos virtuosismos da História de Portugal e nas figuras relacionadas com a formação do país. Acreditando na necessidade de resgatar os valores distintivos desses mesmos

portugueses, submersos pelas ideias veiculadas por aquilo que considerava serem os «regimes de importação», alheios às características culturais e idiossincráticas dos povos, logo em 1909 era já possível encontrar nos seus discursos ainda enquanto estudante essa marca ideológica que caracterizaria o Estado Novo: “não há a descobrir novos mundos, nem a guerrear estranhas nacionalidades: mas há a fazer uma obra grandiosa de paz, há a formar cidadãos tão bons portugueses do século XX, como outros o foram no século XVII.” (De Moura, 1968; p.33)

Apelando a um nacionalismo e a uma ideia de nação filiada nos períodos mais altos da história de Portugal, procurou contrapor um modelo identitário e um projecto político a uma realidade que traduzia um sentimento de cansaço e descrença nas potencialidades do país, fortemente perturbado socialmente pela vivência republicana. Explorando a posição de descrédito que Portugal houvera adquirido desde a segunda metade do século XIX na conjuntura Europeia e promovendo aquilo que considerava ser o respeito pela História, pela tradição e pela realidade social do país, Salazar propôs uma nova construção política, tida como estruturalmente portuguesa, que resgatasse, pretensamente, o país da situação em que se encontrava.

“Tomar resolutamente nas mãos as tradições aproveitáveis do passado, as realidades do presente, os frutos da experiência própria e alheia, a antevisão do futuro, as justas aspirações dos povos, a ânsia de autoridade e disciplina que agita as gerações do nosso tempo, e construir a nova ordem das cousas que, sem excluir aquelas verdades substanciais a todos os sistemas políticos, melhor se ajuste ao nosso temperamento e às nossas necessidades.” (De Moura, 1968, p 34/35)

Afirmou todo este processo de nacionalismo em fundamentos centralizantes, revistos por um conjunto de premissas tidas enquanto inquestionáveis:

a) **O NACIONALISMO PORTUGUÊS NÃO DISCUTIA DEUS;** reconhecendo a necessidade e o valor da vida espiritual e considerando que ao longo da História, ao abrigo de propósitos político-ideológicos, se houvera lesado irremediavelmente as sociedades aplicando-lhes modelos contrários à virtude religiosa e à paz espiritual das mesmas, o Estado Novo considerava o catolicismo “como um elemento formativo da alma da Nação e traço dominante do carácter do povo português” (De Moura, 1968; p.65), considerando mesmo que a necessidade evangelizadora por ele promovida se encontrava indissociavelmente inscrita na política da Nação.

b) **O NACIONALISMO PORTUGUÊS NÃO DISCUTIA A PÁTRIA;** a evidência de uma unidade territorial sustentada pela sua ascendência histórica e moral constituía a base do nacionalismo português. Referencial valorativo e identitário do Estado Novo a assunção da Nação e da sua integridade territorial visavam conferir um sentido histórico orientador à sociedade portuguesa, sustentado pela ideia de elevação social que da mesma se procurava retirar e de um conjunto de consensos fundados na importância simbólica de Portugal e da sua História. Promovendo a preservação e promoção dos valores associados à Pátria, o Estado Novo não permitia a discussão da mesma e da percepção por si formulada.

c) **O NACIONALISMO PORTUGUÊS NÃO DISCUTIA A AUTORIDADE;** assumindo-se como guardião do bem comum e do nacionalismo português, no Estado Novo residia o imperativo da autoridade e da sua aplicação, “fonte da vida social” (De Moura, 1968; p.207). Estabelecendo a necessidade de defesa e salvaguarda dos princípios fundamentais que regulavam o modelo de sociedade idealizado, a não discussão da autoridade constituía-

se como um dever do país, considerando Salazar que “para bem dos homens e da sua vida em sociedade, haverá a autoridade necessária e a liberdade possível” (De Moura, 1968; p.95).

d) **O NACIONALISMO PORTUGUÊS NÃO DISCUTIA A FAMÍLIA;** elemento agregante do nacionalismo português, o Estado Novo conferia-lhe primazia no modelo social por si entrevisto reforçando os seus elementos e veiculando uma estruturação tipo. Estabelecendo um entendimento fortemente tradicionalista, expresso na atribuição de papéis assumidos pelos cônjuges no seio da família, assumia-se como o principal reduto de moral do país, indispensável no reordenamento da sociedade civil pretendida para o Estado Novo.

e) **O NACIONALISMO PORTUGUÊS NÃO DISCUTIA O TRABALHO;** «fonte de progresso» da nova realidade nacional, o trabalho, virtude social das nações que se pretendiam prósperas, assumia-se como um elemento de «dignidade moral» e disciplinador, depositário da regeneração económica do país. A sua importância enquanto elemento subversor de “atmosferas de vício (De Moura, 1968; p.209)” e de instrumento de construção hegemónico do Estado Novo conferia-lhe um papel incontornável no novo contexto.

No âmbito do «**Imperialismo Colonial**» a doutrina do Estado Novo compreendia na linguagem imperialista e na concepção associada, um dos factores de forte afirmação e sustentação do nacionalismo português. Procurando reinscrever Portugal num contexto de pertença hegemonia na conjuntura mundial, Salazar procurou projectar, novamente – através de um processo de reestruturação política e unificação dos territórios coloniais –, a ideia de um país não confinado a uma pequena parcela de terra circunscrita ao território europeu, mas antes a um vasto território disperso por vários continentes resultante do importante papel civilizacional de Portugal no mundo.

Arredando quaisquer hipóteses de pretensões regionalistas ou do fomento de um modelo confederativo, o entendimento Colonial promovido por Salazar procurava consagrar os diferentes territórios coloniais enquanto regiões do próprio país, equiparados às regiões continentais existentes⁵:

“É na verdade com o mesmo critério de nação, agregado social diferenciado, independente, soberano, estatuindo, como entende, a divisão e organização do seu território, sem distinções de situação geográfica, que nós consideramos, administramos, dirigimos as colónia portuguesas. Tal como o Minho ou a Beira, é sob a autoridade única do Estado, Angola ou Moçambique ou a Índia.” (De Moura, 1968, p 252/253).

Visando, inequivocamente, o reforço do sentido unitário de Portugal no contexto europeu através da recuperação da ideia de Império, pretendeu criar um critério único de nação, eliminando distinções formais assentes em pressupostos geográficos ou identitários. A extensão territorial da Nação portuguesa, segundo o mesmo, traduzia “um estado de consciência estratificado em séculos de história” (De Moura, 1968; p.352) assumindo cada uma das realidades que a compunha validade apenas enquanto expressão do país, do processo civilizador desempenhado por Portugal no mundo, falhas de sentido quando separadas ou afastadas da sua entidade criadora: “o conceito de Nação é inseparável, no caso português, da noção de missão civilizadora” (De Moura, 1968; p.352).

«A recusa de um modelo político-institucional assente em pressupostos liberais e democráticos» resultava como consequência directa dos pontos anteriores e como orientação expressa desde os primeiros momentos de afirmação política do

⁵ Este entendimento é definitivamente estabelecido na revisão constitucional de 1951 que altera a designação de «Colónias» para «Províncias Ultramarinas».

ministro das Finanças dentro da Ditadura Militar. O texto constitucional rejeitava fundamentos democráticos enquanto referenciais do Estado Novo eliminando a liberdade individual e a consagração de uma actividade política projectada na primazia parlamentar enquanto sede do poder legislativo e enquanto expressão de uma representação plural e alargada, esteios do anterior texto constitucional de 1911.

Apesar de formalmente apresentar mecanismos operativos inerentes aos propósitos funcionais dos regimes liberais, tais como o sufrágio directo ou a existência de uma Assembleia Nacional constituída por um conjunto de 90 deputados eleitos enquanto tal, e de, simultaneamente, se demarcar dos regimes totalitaristas estabelecendo o direito e a moral enquanto limites objectivos da acção governativa, a envolvencia política, a articulação e relação de forças institucionais e representativas estabelecidas no diploma constitucional e as leis de associação fortemente exclusivas consagradas posteriormente, estabeleciam um contexto legislativo e político repressivo configurando um Estado fortemente autoritário e claramente propenso a gestos totalitaristas e arbitrários em nome de uma concepção doutrinária única e inquestionável.

Acreditando Salazar que o mundo de então padecia de uma manifestação patológica por si designada de “intolerância em relação à autoridade (De Moura, 1968; p.232)”, responsável por uma forte volubilidade social e económica que encontrava raiz no liberalismo e socialismo, o conjunto de restrições consagradas na constituição de 1933 encontrava, segundo o próprio, justificativos numa ordem de factores que entroncavam em características antropológicas do povo português, nas manifestações institucionais verificadas nos cem anos anteriores em Portugal e nos fenómenos políticos de então.

Daí resultou o designado «**O Estado Forte**»; estruturando-se nessa rejeição dos pressupostos democráticos e no reforço do sentido autoritário consagrado no texto constitucional, partia da assunção que um poder executivo apenas assumia expressão e força se verdadeiramente dotado de atributos legislativos que o permitissem estabelecer-se num plano superior ao órgão legislativo – assegurar uma posição de independência em relação ao mesmo – , marcando assim a inversão da lógica parlamentar condicionada por aquilo que Salazar considerava serem “as maiorias variáveis e ocasionais (Mattoso, s.d; p.181)”.

Estabelecendo uma nova relação de forças e um novo ordenamento institucional, o poder executivo passou centrar-se formalmente na figura do Presidente da República, eleito por sufrágio directo pelos eleitores por um período de sete anos, cabendo-lhe a nomeação e exoneração do chefe do Governo e dos Ministros sem interferências directas da Assembleia legislativa: Assembleia Nacional⁶.

Na dependência do Presidente da República situava-se o governo constituído por iniciativa do mesmo. Responsável pela produção legislativa, centrava no presidente do Conselho de Ministros a principal fonte de poder de todo o ordenamento legislativo e executivo do Estado, conferindo-lhe a responsabilidade única de referendar e aferir a validade dos actos políticos do

⁶ Na sequência das eleições presidenciais de 1958, marcadas pela acção contestatária do combativo General Humberto Delgado, Salazar produz em 1965 alterações constitucionais no processo de eleição do Presidente da República determinando o fim do sufrágio universal enquanto método electivo do titular daquele órgão institucional, em detrimento de um processo conduzido por um colégio eleitoral restrito, composto por representantes da Assembleia Nacional, Câmara Corporativa e representantes dos municípios, responsáveis pela designação do mesmo. Justificada explicitamente com a necessidade de acautelar qualquer golpe constitucional, esta alteração visava inviabilizar a subversão da ordem política vigente, virtualmente ameaçada desde que a partir 1949 foram surgindo candidatos ligados a grupos oposicionistas nos sucessivos actos eleitorais.

Presidente e dos diferentes elementos ministeriais. Subalternizando, politicamente, o Presidente da República em relação à figura do presidente do Conselho, a distribuição de poderes consagrada no diploma constitucional, contrariamente às interpretações que entreviram no seu texto o estabelecimento de um regime presidencialista, assentava na concentração dos mesmos na figura do Presidente do Conselho, esvaziando, de certa forma, a acção política do titular da Presidência da República e a real possibilidade de um equilíbrio institucional e de uma vigilância política mútua.

O «**Sentido Corporativo**», um dos pontos mais distintivos do governo, ditando a rejeição do conceito de cidadão e do conjunto de direitos civis e políticos que exprimem a necessidade constante de reforçar as liberdades individuais e distintivas, impunha a substituição do sentido de cidadania pela ideia de corporação, expressão de uma concepção política revisitada e afecta a um sistema organizativo específico:

“o corporativismo político é, historicamente e conceptualmente, uma ideologia contrária à representação política liberal baseada no individualismo, visando substituir o papel dos partidos políticos por um modelo de representação fundado na expressão política-institucional dos diferentes grupos orgânicos de natureza económica, profissional, cultural ou regional existentes na sociedade (Barreto & Mónica, s.d.; p 425)”.

Possuindo a sua génese nas diferentes formas de ligação estabelecida entre os vários elementos constituintes de uma qualquer sociedade e a relação estabelecida entre os mesmos e os grupos nos quais se inscrevem e que compõem os contextos comunitários, o corporativismo, à luz da pretensa contemporaneidade impressa no texto constitucional de 1933, surgiu no século XIX como reacção aos valores surgidos da Revolução

Francesa e enquanto contra modelo das sociedades que se estruturavam de acordo com dois pressupostos bem definidos: o liberalismo e a dialéctica marxista. De acordo com os ideólogos do corporativismo, a assunção de um novo modelo político-social assente numa orientação fortemente hierárquica e estruturada representativamente pelas forças vivas da sociedade, impunha-se como forma de travar a desagregação do tecido social dos países ocidentais bem como dos seus sistemas económicos, consequência da quebra profunda dos laços sociais entre os indivíduos – promovida pelo liberalismo – e do incentivo permanente de luta entre classes que se pretendiam iguais – por parte do socialismo –.

Considerando que o conceito de cidadão enquanto elemento singular atentava contra a soberania nacional e o equilíbrio social, subvertidos pelos interesses individuais e particulares dos mesmos em detrimento dos interesses da Nação, a corporação, representação dos diferentes elementos constituintes da sociedade, assumia-se como um espaço de convergência dos diferentes interesses sociais – tais como a família, as freguesias, os municípios, corporações económicas –, impondo a ideia de colectividade e de bem comum enquanto valor político dominante.

Por último refira-se o «**Intervencionismo económico-social**»; pretendendo a Constituição de 1933 estabelecer formalmente e politicamente um Estado forte, interventivo nos vários aspectos da vida do país contrariando assim o modelo abstencionista do regime liberal, o aspecto económico, com claras repercussões no campo social, constituía-se como um dos mais determinantes e relevantes na nova lógica pretendida. Considerando que as orientações económicas e sociais deveriam estar alinhadas e inseridas no projecto político do Estado cabendo-lhe um papel arbitral, inscrevia-se no texto constitucional a obrigatoriedade do Estado promover obras infra-estruturais com vista ao fomento e projecção do desenvolvimento económico, o controlo das pautas aduaneiras, a par de possibilidades interventivas que se estendiam

ao poder de interferir nos procedimentos administrativos das actividades económicas enquadradas pelo modelo corporativo. A propósito deste princípio de actuação política do Estado Novo, Salazar dizia o seguinte:

“Normalmente o Estado deve tomar sobre si a protecção e a direcção superior da economia nacional pela defesa externa, pela paz pública, pela administração da justiça, pela criação das condições económicas e sociais da produção, pela assistência técnica e o desenvolvimento da instrução, pela manutenção de todos os serviços que são auxiliares da actividade económica, pela correcção dos defeitos que por vezes resultam do livre jogo das actividades privadas,(...) pela especial protecção das classes menos favorecidas, pela assistência (Barreto & Mónica, s.d.; p 268).”

Modelo que se pretendia alheio a pressupostos socializantes que visassem a organização da produção e a repartição de riquezas, o fomento destes princípios estabeleceu-se através de um sistema de administração pública assente na promoção e regulação das corporações económicas, patronais ou sindicais.

1.2.2. Institucionalização do Salazarismo

Com a aprovação do texto Constitucional de 1933 e com a legitimação popular conferida pelo plebiscito de 9 de Dezembro de 1934 para a Assembleia Nacional, a «normalidade» constitucional foi retomada dando início ao funcionamento das Instituições do Estado. A par do surgimento da nova ordem estabelecida pela Constituição, o processo de materialização do projecto político «Estado Novista» cumpriu-se com a criação de mecanismos de controlo e repressão por parte do Presidente do Conselho,

reflectidos na supressão das liberdades fundamentais de expressão e associação, na reorganização das polícias de carácter político-social herdadas da I República e da Ditadura Militar e na criação do Secretariado da Propaganda Nacional.

Suprimindo a liberdade de associação, de expressão e de reunião como forma de “impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública (Mattoso, s.d; p. 245)”, Salazar instituiu um conjunto alargado de medidas dominadas pela actuação e intervenção do Estado nos vários sectores que determinavam a vivência cívica plena dos cidadãos, cerceando as liberdades fundamentais consagradas pela anterior Constituição de 1911. Filiando o funcionamento e a capacidade organizacional dos diferentes modelos associativos na completa dependência do Estado e na sua apetência judicativa e instituindo formalmente a censura prévia relativamente aos órgãos de imprensa⁷, imprimiu e celebrou na sociedade portuguesa a sua orientação ideológica, estabelecendo administrativamente e assente nesses mecanismos de regulamentação, o impedimento da constituição de forças políticas e de um posicionamento social plural e divergente. De facto, e ainda que rejeitando formalmente o modelo ideológico/ditatorial promovido pelos regimes fascistas, o Estado Novo, à luz de um corpo doutrinário distintivo que traduzia um programa de síntese de diferentes sensibilidades e aspirações políticas celebrado numa plataforma de entendimento valorativo anti-liberal, inscreveu-se claramente nas inúmeras expressões autoritárias que figuraram na Europa nesse mesmo período. Corporizando uma ditadura constitucional centrada no chefe do Governo, o esvaziamento dos vários órgãos institucionais e a intolerância promovida por uma doutrina considerada insofismável, remetiam para um ordenamento

⁷ Instaurada pela Ditadura Militar em Maio de 1926, Salazar regulamenta-a pelo Decreto-Lei n.º 22 469 de Abril de 1933, estabelecendo-a como um dos mais perenes e distintivos elementos do Estado Novo, símbolo máximo da restrição da liberdade de pensamento que o caracterizou politicamente.

político e social transversal a toda a sociedade, estruturado verticalmente da cúpula do poder para os demais sectores do país, cujo controlo policial promovido pelo Estado a par do estabelecimento de critérios políticos na atribuição de cargos na administração pública e da consagração de um modelo pedagógico expresso pelas políticas de educação nacional e pelo Secretariado de Propaganda Nacional, procuravam revestir de uniformidade.

O reforço deste pendor totalitarista cumpriu-se com a reordenação e centralização das forças de segurança e com a criação de uma nova polícia de contornos políticos. Fundindo a Polícia de Defesa Política e Social e a Polícia Internacional Portuguesa, o surgimento da Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado, PVDE, – Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) a partir de 1945 – semelhante a elementos já existentes noutros regimes autoritários e fascistas da época, introduz na vida do país práticas policiais persecutórias, sublinhando definitivamente o clima de asfixia democrática promovido e formalizado pelo Estado. Assumindo-se como um “corpo centralizado e especializado de informação e repressão política (Mattoso, s.d; p.246)”, a Polícia política, dependente do Ministro do Interior mas pessoalmente dirigida pelo Presidente do Conselho, através de uma vasta rede de informadores espalhados pelas várias áreas da vida do país, adquiriu um sentido profundo de omnipresença mergulhando a sociedade portuguesa num ensurdecido clima de medo e delação, reforçados pela arbitrariedade que lhe era conferida e pelos métodos violentos que se permitia fazer uso nos interrogatórios e inquirições por ela promovidos. Visando assegurar a manutenção da ordem estabelecida e o cumprimento do dever de autoridade por parte dos cidadãos, desenvolvia um conjunto de métodos de tortura e violência nos interrogatórios ou em simples gestos de intimidação, acompanhando as suas acções com a existência de um sistema de prisões onde encarcerava presos de delitos considerados de natureza social e política, ao abrigo de supostas «medidas de

segurança» para o normal funcionamento do país, sem julgamento e acusação deduzida, por tempo indeterminado.

Traçando um percurso ao longo dos extensos anos do Estado Novo progressivamente marcado pelo reforço da repressão e violência, a consequência desta preponderância reflectiu-se no próprio funcionamento dos órgãos judiciais invadidos de uma forma aberta pelos métodos violentos que caracterizavam a actuação da polícia política, admitidos e validados enquanto parte integrante do funcionamento das sessões plenárias. A justiça política impôs-se como um imperativo do Estado e o recurso a um conjunto de meios pouco lícitos e nada consentâneo com instituições consagradas como garantes do correcto e justo ordenamento social, justificados por designios tidos enquanto nacionais.

O processo de institucionalização da doutrina Salazarista encerrou-se com a criação do Secretariado de Propaganda Nacional, SPN, e com as reformas educativas promovidas em 1936 por António Carneiro Pacheco. Dirigido por um antigo jornalista, António Ferro, e assumindo-se como o primeiro elemento institucional de sustentação cultural do novo projecto ideológico, o Secretariado de Propaganda Nacional funcionou como o elemento difusor do projecto político do Estado Novo assim como dos valores por Ele advogados, potenciados e difundidos através do recurso a meios comunicacionais e estéticos modernos, reinventando a tradição cultural portuguesa à luz da revitalização de elementos etnográficos e valorativos associados à moral cristã e a uma ideia própria de ordenamento e vivência familiar. Coordenando a imprensa do regime e a direcção dos serviços de censura e responsável pela encenação de massas e de festividades populares, a uniformidade intelectual e ideológica pretendida por Salazar e fomentada pelo SPN, a partir de 1936 estende-se ao reformulado Ministério da Educação Nacional, assinalando-se no seu âmbito as medidas de controlo relativas aos conteúdos e agentes de Ensino, a imposição de um manual único no ensino primário e a criação da

Mocidade Portuguesa e da Obra das Mães pela Educação Nacional. Articulando-se de uma forma perfeita estes dois elementos institucionais, procuraram formar o “Homem Novo” que Salazar reclamara desde os seus vinte anos, “cidadãos tão bons portugueses do século XX, como outros o foram no século XVII (De Moura, 1968; p.33)”.

1.3. Secretariado da Propaganda Nacional

Surgido no dia 27 de Outubro de 1933 com sede na rua de S. Pedro de Alcântara em Lisboa e na dependência directa da Presidência do Conselho de Ministros, o Secretariado da Propaganda Nacional, SPN, materializou o entendimento cultural inerente à criação da nova ordem política e institucional surgida na sociedade portuguesa conferindo-lhe uma linguagem discursiva e estética própria. Criado com o propósito de promover a difusão dos valores do Estado Novo e a sua obra no processo de «regeneração do país», internamente e no contexto internacional, projectou uma visão puramente propagandística da acção política do Estado e do seu líder reflectida nos diferentes organismo e sectores criados e tutelados pelo mesmo, criando uma percepção ilusória da realidade nacional assente na firme convicção da necessidade de fundar uma realidade politicamente desejada definida pela acção política do Estado e dos factores de coesão social projectados pelo mesmo: “politicamente só existe o que o público sabe que existe. (Mattoso, s.d; p. 247) ”

Acompanhando o período hegemónico do Estado Novo, entre 1933 e 1944, a influência assumida pelo SPN na definição do projecto cultural veiculado encontrou no primeiro director, António Ferro, o rosto dessa dinâmica e definição matricial. Destacado jornalista português da época, António Ferro assumiu-se como uma figura incontornável na história das políticas culturais portuguesas e «estado novistas», marcando a sua acção muito para além da mera propaganda política.

Ligado ao movimento modernista português na sua juventude, tendo sido editor da revista Orpheu e tendo privado com os principais nomes do mesmo participando em muitas das suas célebres tertúlias – nas quais figuravam Mário de Sá-Carneiro, Almada Negreiro, José Pacheco, Luís de Montalvar, entre outros –, sustentou uma percepção cosmopolita do mundo pelas inúmeras viagens realizadas a título pessoal e profissional, amplamente documentadas pelos artigos que escreveu para os jornais aos quais esteve ligado, O Século, O Jornal e o Diário de Notícias. Possuindo uma matriz cultural bastante diferente de Salazar e de grande parte da elite do Estado Novo, expressa em algumas obras por si editadas como «Teoria da Indiferença», 1920, «A Idade do Jazz-Band», 1923, ou «Hollywood a capital das imagens», 1931, foi no plano político que estabeleceu o ponto de encontro com o estadista. Confesso admirador dos modelos autoritários que haviam despontado na Europa – os quais considerava serem o surgimento de “uma primavera de espadas por todo o mundo (Dias, 2007)” –, tendo inclusive entrevistado alguns dos mais destacados líderes e membros dos mesmos, Mussolini, Hitler, General Primo de Rivera, Philippe Pétain entre outros, através precisamente da sua actividade profissional, no final de 1932, realizou um conjunto vasto de entrevistas ao recém-empossado chefe do governo que, para além da divulgação do pensamento político de Salazar – consubstanciado na publicação do livro «Salazar, o homem e a obra» no ano seguinte –, serviram para fundar uma ligação pessoal entre ambos, sustentada pelo reconhecimento mútuo e pela utilidade sentida nas valências pessoais e políticas que representavam e que poderiam desempenhar na persecução do processo de «regeneração nacional» entrevisto e por eles desejado.

Materializado esse entendimento com a nomeação de António Ferro para a direcção do recém-criado SPN em 24 de Setembro de 1933, a importância por ele assumida na projecção da imagem de Salazar, do seu pensamento e na sua encenação

enquanto líder atesta-se no discurso de inauguração da sede do SPN e tomada de posse no dia 27 de Outubro, clarificador em relação àquilo que seria, e foi, a orientação do exercício de propaganda do Estado Novo: “Para os outros e para nós, como resposta para tudo e caminho único, este grito supremo, que já não significa o nome dum homem mas a síntese duma ideia redentora, a abreviatura dum sistema: Salazar! (Matos. 2003; p.383)”

De facto, desde o início de 1933 e após a nomeação de Salazar enquanto chefe do executivo, o poder e a sua nova concepção associavam-se intimamente na pessoa do líder formando uma entidade una e indivisível. O «Salazarismo» enquanto expressão desse sentido emerge ao longo desse ano estabelecendo uma concepção de poder derivada do seu entendimento, que tudo controlava e que claramente implicou uma demarcação na sociedade portuguesa. Alimentado, simultaneamente, por todos os que centravam na sua figura a razão de um processo de subversão política do entendimento governativo, situados fora ou no limite do Estado Novo, e por todos os que desde o início se foram perfilhando com o mesmo, ser Salazarista expressava mais do que a admiração pelo mentor da fundação do Estado Novo e do seu projecto ideológico; resumia a síntese do culto que se iniciava em torno da figura de Salazar e do qual se alimentaria a construção multifacetada e «providencialista» que em torno do mesmo o SPN enfatizou. A assunção de um programa ideológico enquanto sistema valorativo de um novo modelo social e cultural reproduzido e veiculado de uma forma intransigente por todos aqueles que nele se reviam e que de diferentes formas o inculcaram na sociedade portuguesa, definido e ordenado, nas suas várias expressões, pelo SPN.

Consagrando enquanto propósitos funcionais – expresso no preâmbulo do Decreto-lei n.º 23045 de 25 de Setembro de 1933 – “integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a nação”, divulgando, de acordo com o artigo 2º do referido decreto, “o

espírito de unidade que preside à obra realizada e a realizar pelo Estado Novo”, e assumindo “a direcção e superintendência da Propaganda Nacional interna e externa, competindo-lhe, como órgão central dos serviços de propaganda, coordenar toda a informação relativa à acção dos diferentes Ministérios” o SPN constituiu-se como o centro coordenador da informação produzida no seio do Estado, unificando à luz dos pressupostos ideológicos do mesmo os particularismo da máquina administrativa e executiva da nova realidade institucional, harmonizando o sentido nacional pretendido por Salazar. Contemplando duas secções distintas, uma afecta à realidade interna outra virada para o exterior do país, estabeleceu uma política vasta de legitimação do Estado Novo expressa na construção de consensos no interior da sociedade portuguesa em torno da ideologia do regime e na afirmação do mesmo e dos seus propósitos imperialistas e coloniais num contexto internacional, utilizando diferentes meios de difusão e mecanismos de controlo dos conteúdos informativos e culturais. Os sucessivos decreto-leis que assinalaram a sua existência e os vários processos de remodelação conferiram-lhe legalmente os recursos repressivos e controladores tendentes ao cumprimento desses mesmos propósitos, estruturando o discurso pretendido de uma forma cada vez mais eficaz e convertendo progressivamente a cultura num instrumento de controlo social.

Estabelecendo como principais áreas de intervenção a propaganda da doutrina do Estado Novo, um nacionalismo fortemente historicista assente na necessidade de emancipação do «espírito nacional» e a cultura popular como elemento unificador e identitário do país, a “denominada política do espírito” promovida por António Ferro, desenvolveu entre 1933 e 1944 um vasto conjunto de actividades culturais claramente direccionadas para públicos específicos, com discursos e linguagens diversificadas. Promovendo uma abordagem voltada para a intelectualidade do país e uma outra num formato mais popular, direccionada para os estratos mais

baixos da sociedade, com escolaridade e formação deficitárias, o funcionamento pleno do SPN traduziu nesse âmbito uma larga produção cultural expressa nos seguintes números: publicação de 115 obras atestando produções nacionais e de autores estrangeiros; realização de quatro grandes exposições das quais se destaca pela sua dimensão a exposição do mundo português em 1940⁸; a rodagem de 114 curtas-metragens e o patrocínio directo de uma longa-metragem, «A Revolução de Maio»; criação de vários concursos inscritos no espírito nacionalista do Estado tais como os «Jogos Florais», o concurso da «Aldeia mais portuguesa de Portugal», «Estações Floridas», «Montras» ou «Monografias Regionais»; criação e incentivo de produções e actividades artísticas como as Missões Culturais, os Bailados do Verde Gaio, o Teatro do Povo, o cinema ambulante, a realização de um número vasto de exposições relacionadas com as artes plásticas ou ainda a instituição dos prémios literários afectos a várias categorias das letras nacionais.

Dispondo de um orçamento largo e generoso, nos quadros do SPN militaram inúmeros elementos cujo percurso político se iniciara na extrema-direita fascista e integralista a par de jornalistas, artistas e intelectuais, responsáveis por esta produção cultural e pela sua apropriação ideológica e instrumentalização institucional.

1.3.1. Propaganda da Doutrina Política

Desde o aparecimento formal do SPN em 1933 que a necessidade de difusão do programa ideológico do Estado Novo se manifesta como uma necessidade do novo ordenamento institucional. Estabelecida como um desígnio assumido e tida enquanto necessária à prossecução do «bom funcionamento político do Estado», a propaganda dos propósitos e intuítos políticos do

⁸ As demais exposições referidas foram Paris, em 1937, S. Francisco e Nova Iorque em 1939.

regime surge expressa no diploma fundador do SPN, materializando os novos pressupostos comunicacionais do poder entrevistos por Salazar: “Considerando que urge, para complemento da indiscutível obra de ressurgimento já realizada, integrar os portugueses no pensamento moral que dirige a Nação (Matos, 2003; p.368)”, competia ao SPN, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-lei n.º 23045 de 25 de Setembro de 1933, “evidenciar no País e no estrangeiro, o espírito de unidade que preside à obra realizada e a realizar pelo Estado.” Consubstanciação de um modelo comunicativo e relacional entre o poder político (na pessoa do seu líder) e a população, com intentos doutrinários objectivos, o papel assumido neste âmbito pelo SPN e a influência assumida por Salazar na definição do ordenamento particular desta vertente do mesmo atesta-se nas palavras de António Ferro proferidas no âmbito das comemorações dos dez anos do SPN em 1943:

“(...) na paz da sua consciência (Salazar), sem o complexo de inferioridade de certos governantes que hesitam em chamar às coisas os seus verdadeiros nomes, não hesitou em chamar propaganda à sua propaganda, como não hesitou em chamar autoridade à sua autoridade ou nacionalismo ao seu nacionalismo (Heloísa, 1994, p 77)”

Entre 1933 e 1944 (e posteriormente enquadrado no SNI) o SPN assumiu um importante papel de consolidação e reforço da nova realidade politico-institucional exercendo uma acção que pode ser entendida enquanto actividade «pedagógica doutrinária» a par de uma constante exaltação das virtudes do Estado Novo – claramente focadas e centralizadas nos valores de Salazar e do Salazarismo –. Logo que assumiu a direcção do Secretariado António Ferro promoveu a tradução em várias línguas da obra publicada no ano anterior, «Salazar o homem e a obra» envolvendo figuras destacadas no plano político ou cultural de cada um desses países em notas introdutórias ou prefácios da mesma,

estabelecendo uma linha de actuação que subsistirá durante um longo período; de facto nas inúmeras publicações levadas a cabo pelo SPN é possível retirar um conjunto vasto de publicações em língua estrangeira, inscritas na política de sedução e aproximação da doutrina Salazarista a intelectuais ou figuras afectas à sociedade civil de outros países, enformadas num discurso tipificado sobre o país e o seu líder fundado na ideia idílica de uma nação pobre mas feliz, governada por uma elite esclarecida onde pontificava o seu chefe providencialista. As citações feitas pelo Século no dia 15 de Abril de 1934 a partir de uma parte da imprensa que noticiou a apresentação da obra em Paris ilustram essa mesma mensagem, repetida incessantemente nas mais variadas formas ao longo desses tempos:

“Belo exemplo o deste homem, deste professor, que as circunstâncias levaram a ser chefe dum Estado e que, sem alarde, pelos mais simples processos, apenas quis pôr a casa do seu País em ordem e conseguiu-o. (...) Portugal é uma República, única em todo o mundo, governada por um sábio (Matos, 2003, p 29)”.

O culto construído em torno da figura de Salazar, e em última análise do seu modelo governativo, encontra a par da expressão escrita, na imagética – em especial na fotografia – um poderoso instrumento de propaganda. Assinalando uma enorme comodidade na relação estabelecida com as objectivas fotográficas Salazar fez-se fotografar por diversas vezes por vários fotógrafos da época e em várias fases da sua vida, explorando de uma forma assinalável as potencialidades da fotografia e as suas possibilidades enquanto elemento de recriação e encenação valorativa em torno da sua própria figura, dando um sentido de omnipresença à sua imagem constantemente reproduzida na imprensa e nos espaços públicos. Vigorosamente exercido pelo SPN esse exercício de mitificação, logo em 1934 a rubrica relativa às despesas do arquivo fotográfico do Secretariado relacionadas com a reprodução da

imagem de Salazar regista um aumento progressivo ao longo dos meses desse ano, sustentado pelo envio de vários retratos de Salazar a convidados estrangeiros, a associações de emigrantes portugueses e para as redacções dos jornais um pouco por todo o mundo.

A figura do ditador e a expressão simbólica encenada em torno da sua imagem enquanto líder apoderaram-se do espaço comunitário dos portugueses erguendo um verdadeiro deserto em termos de protagonismo político no seio da governação do país. Para além da pouca visibilidade conferida aos demais elementos do Conselho de Ministros todos os opositores inscritos no campo do republicanismo conotados com os sectores de oposição foram sendo riscados do panorama político português através da acção dos mecanismos repressivos do Estado, cuja nota produzida por um dos responsáveis pelos serviços de censura a propósito de um corte numa publicação da época relativo a uma entrevista de Afonso Costa tão bem ilustra: “há portugueses que devem dar a impressão que morreram, que não existem (Matos, 2003; p 45).” A censura e a propaganda política criaram, progressivamente, um cenário monocromático em termos de protagonismo governativo e ideológico, cuja sobrevalorização conferida a elementos concretos forjou de acordo com os propósitos estabelecidos pelo SPN e Salazar.

No mesmo ano de 1934 o SPN publicou um conjunto de elementos propagandísticos que visaram reforçar as iniciativas de Salazar e do seu Estado Novo: «Cadernos da Revolução Nacional», «Cadernos do Ressurgimento Nacional» e o «Decálogo do Estado Novo». Procurando os dois primeiros ilustrar, de uma forma estatística e numérica o «impacto» das medidas do Estado em vários sectores do país, tais como finanças, obras públicas ou administração geral, e o sentido de progresso que o mesmo houvera imprimido na sociedade portuguesa, é contudo no «Decálogo do Estado Novo» que encontramos a verdadeira essência da

propaganda doutrinária promovida pelo SPN. Visando claramente um sentido pedagógico e de filiação institucional por parte da população aos pressupostos teóricos do Estado Novo, reproduzindo uma linguagem simples e depurada, estabelece as 10 verdades absolutas da orientação política do regime, das quais se enumera alguns exemplos:

1 – O Estado Novo representa o acordo e a síntese de tudo o que é permanente e de tudo o que é novo, das tradições vivas da Pátria e dos seus impulsos mais avançados. Representa, numa palavra, a vanguarda da moral, social e política (...).

3 – O Estado Novo não se subordina a nenhuma classe. Subordina, porém, todas as classes à suprema harmonia do interesse Nacional (...).

4 – O Estado Novo repudia as velhas fórmulas: Autoridade sem Liberdade, liberdade sem Autoridade – e substitui-as por esta: Autoridade e liberdade.

7 – Dentro do Estado Novo, a representação Nacional não é de ficções ou de grupos efémeros. É dos elementos reais e permanentes da vida nacional: famílias, município, associações, corporações, etc. (Pimentel, s.d, p 249)

Mensagem introduzida e reproduzida em outros sectores da vida nacional, tais como na educação ou na organização corporativa, quatro anos depois da publicação deste documento e no âmbito das comemorações do décimo aniversário de Salazar no Governo, a reprodução de um conjunto de sete quadros desenhados por Martins Barata, Emmerico Nunes e Raquel Roque Gameiro estabelecem uma clara continuidade no sentido propagandístico inaugurado com o Decálogo celebrando o mesmo tipo de linguagem aí expressa, de exaltação do Estado e do seu chefe. Conjunto de

ilustrações esteticamente próximas de uma linguagem de pendor infantil, visavam traduzir as «Lições de Salazar» e do seu modelo de Estado Novo ao longo de um período de 10 anos através de um confronto directo entre uma realidade passada, associada ao período de governação liberal, e o presente que então se vivia, marcado pelo que era tido como sendo um novo período de «esplendor e renascimento nacional».

Procurando veicular as ideias de harmonia social, de prosperidade financeira, de renovação do sector das obras públicas e educação a par dos fundamentos culturais do país – a trilogia, Deus, Pátria e Família –, neste ano de 1938 mais do que um país que passivamente ia assimilando e absorvendo as «Lições de Salazar», era já patente a força assumida pela propaganda, nas suas múltiplas vertentes, no processo de legitimação e particularização do regime no contexto interno e externo e a reinvenção dos valores nacionais conseguida pelo Estado Novo.

A rubrica do SPN consagrada aos escritores e jornalistas estrangeiros foi sendo reforçada ano após ano. Obras como «Divulgação em torno do Advento do Grande Financeiro Português e da sua obras financeira», Renato de Toledo Lopes, Brasil; «Le Portugal», Paul Descamps, França; «Professor Oliveira Salazar's Record/ Portugal's Financial Reconstruction», Tomaz Wylie, Inglaterra; ou a redacção na publicação Americana Current History de um artigo onde define Salazar como «O Ditador-Mestre de Portugal» atestam esse facto.

Simultaneamente e acompanhando os novos meios de comunicação a propaganda estendeu-se à Rádio e ao Cinema. Inscrevendo pela primeira vez em 1935 no orçamento do SPN uma rubrica relativa exclusivamente à rádio, ao longo dos extensos anos da vigência Salazarista, pelas suas potencialidades comunicativas, a rádio adquiriu uma forte preponderância entre os meios de Comunicação Social por parte de Salazar, estabelecendo-se como

um espaço de eleição por parte do mesmo para chegar até ao país e províncias ultramarinas para difundir a sua mensagem e o seu entendimento governativo. A criação do cinema ambulante em 1934 completa a lógica propagandística do SPN, constituindo-se pelo poderoso impacto conseguido pela abordagem imagética que realiza, como um dos mais eficazes meios de doutrinação. Documentários como «A Parada da Juventude Portuguesa», «Parada da Legião e da Mocidade», «Parada da Mocidade no 1.º de Dezembro», «1.º de Dezembro: Dia da Mocidade Portuguesa», «Auto do Castelo» ou «Bairros Económicos» reforçavam o sentido pretendido de doutrinação política.

Politicamente, a consagração do Estado Novo como um regime consolidado e dotado de um conjunto de pressupostos ideológicos «singulares» e únicos no contexto europeu cumpriu-se plenamente no período que medeia o nascimento do SPN e a sua reorganização formal. O modelo desejado, e a aparência do mesmo, por parte de Oliveira Salazar concretizavam-se e materializavam uma vontade objectiva expressa desde a fundação do regime: “Neste momento histórico, em que determinados objectivos foram propostos à vontade nacional, não há remédio senão levar às últimas consequências as bases ideológicas sobre as quais se constrói o novo Portugal. (Heloísa, 1994; p.104)”.

1.3.2. Nacionalismo

Expressão do renovado sentido identitário pretendido pelo Estado Novo, o nacionalismo reclamado por Salazar enquanto fundamento do novo Portugal assumiu-se como uma forte vertente da propaganda nacional. Visando exaltar os principais episódios do país enquanto nação – sustentados por processos de interpretação e valorização histórica claramente alinhados com os princípios do regime –, o SPN, a par dos ministérios nacionais, promoveu culturalmente os momentos e personagens estabelecidos enquanto

referenciais e modelos da ideologia veiculada, projectando uma ideia assente na grandeza moral de uma pequena nação que pelas características do seu povo se houvera convertido num dos mais importantes elementos civilizadores e civilizacionais do mundo.

Promovendo um conjunto de acções e eventos inscritos na difusão e estímulo desses mesmos valores através de múltiplas realizações culturais, vários são os exemplos que nos permitem atestar esse mesmo sentido. Incidindo especialmente na produção literária, no ano de 1934 surgiram os prémios literários organizados por iniciativa do SPN distinguindo um conjunto vasto de categorias: História – Prémio Alexandre Herculano –; Ensaio – Prémio Ramalho Ortigão –; Poesia – Prémio Antero de Quental –; Romance – Prémio Eça de Queirós–; Doutrina ou polémica – Prémio António Ennes–. Com um sentido estético claramente estabelecido, registe-se as palavras proferidas no âmbito de um reparo à atribuição do prémio Alexandre Herculano no ano de 1936, por Alfredo Pimenta, escritor da época, ilustrativas dos mecanismos propagandísticos e doutrinários promovidos pelo Estado:

“Fiz parte do Júri, em 1934. Sei o que se passou, o que se fixou, a orientação que se imprimiu dentro do júri, em obediência ao espírito dos prémios. Estabeleceu-se o critério de que o Prémio de História devia ser concedido, de preferência, a trabalhos que tratassem duma figura histórica, ou dum período histórico, em sentido revisionista. (Pimenta, 1937, p 10) ”

A reformulação histórica pretendida pelo Estado Novo faz-se com a publicação de colecções como «Colecções Pátria», «Grandes Portugueses» e «Grandes Portuguesas». Procurando através da História ilustrar o sentido profundo do «ser português» e o papel de Portugal no mundo, o entendimento conferido a cada uma das épocas e aos seus protagonistas, longe de critérios científicos objectivos, celebrava-se à luz da percepção simbólica e

recreativa do Estado Novo, da legitimação profunda do seu entendimento e percepção da realidade nacional e externa. Numa nota introdutória da obra «Grandes Portugueses» produzida por um dos autores, Virgínia Castro Almeida, assumindo claramente essa orientação sublinhando o propósito de conferir um sentido utilitário ao discurso histórico, encontram-se elementos que nos permitem, igualmente, perceber a leitura pretendida e estabelecida pela propaganda nacionalista do Estado:

“Se os cronistas exageram ou, no seu ardor se afastam da frieza dos documentos conservados nos arquivos, é sempre para exaltar a grandeza da nossa história elevando-a às regiões da epopeia e elevando com elas os nossos corações. Qual será a vantagem para os portugueses de ver rebaixados os heróis da sua raça e dissecada e apoucada a epopeia da sua história? Para a mocidade de hoje que tem sobre si o pesado encargo de ressuscitar uma pátria, não será melhor evocar essa pátria na apoteose da sua verdadeira grandeza, ainda que as imagens que a compõem transponham os limites da fria e seca documentação cujas interpretações, de resto, são tantas vezes e até contraditórias? (Heloísa, 1994, p 109)”

Desta forma, D. Afonso Henriques surge como o pai da nacionalidade, responsável pelo nascimento de Portugal e pelo percursor papel de cristianização exercido ao longo da história pelos portugueses; Bartolomeu Dias, Afonso de Albuquerque, Vasco da Gama e o Infante D. Henrique, ligados ao período de expansão marítima, como rostos do processo de conquista e colonização dos povos inscritos na dimensão suprema de evangelização levada a cabo pelos portugueses; a ocupação filipina como um dos períodos mais tristes da história do país, reflexo da degenerescência do mesmo; a ocupação Napoleónica retratada como “História Triste do Diabo à Solta (Heloísa, 1994; p. 107)”, forjada pelos ideais liberais e

maçónicos da “Peste Francesa (Heloísa, 1994; p. 107)”, revolução de 1789; D. Miguel como o último grande líder do século XIX; Salazar como o líder providencialista surgido depois dos agonizantes anos da monarquia constitucional e República; figuras como Fernão Lopes, Nuno Alvares Pereira, Luís de Camões, ou Gil Vicente entronizadas através de extensas obras biográficas reveladoras de uma filiação ideológica a princípios desenvolvidos pelo Estado Novo, muitas vezes contrários à verdade evidenciada pelas vidas dos visados.

Em todo este discurso, a par da exaltação histórica, traça-se um claro sentido estruturante cívico e hierárquico, onde noções como autoridade, obediência e chefia perpassam na mensagem produzida: os valores conotados com a difusão do liberalismo e com os modelos político-institucionais derivados são descritos como o primado dos direitos sobre os deveres, do livre arbítrio sobre a autoridade e o sentido orientador, épocas de agonia nacional associadas aos momentos menos edificantes da história do país contrárias ao novo modelo proposto por Salazar e o seu Estado Novo, de «reintegração» de Portugal na sua grandiosidade histórica e civilizacional.

Os «Cadernos da Revolução Nacional» e os «Cadernos do Ressurgimento Nacional» materializam esse pretensível período de esplendor. Numericamente procuram ilustrar uma actividade política «equilibrada», sustentada por indicadores e gráficos de desempenho, traduzida num conjunto vasto de obras e acções com repercussões directas em vários sectores da sociedade portuguesa – contraposta a episódios e exemplos usados da vigência republicana –. Simultaneamente retratam a actividade desenvolvida pelos missionários portugueses em África: descrevendo as diferentes acções desenvolvidas pelos mesmos procuravam sublinhar o carácter evangelizador dos portugueses no mundo, perspectivando-o como uma distinção única conferida

expressamente por Deus a um povo e a um país possuidor de um património espiritual impar.

Com a criação em 1945 das bibliotecas ambulantes, já enquadradas pelo Secretariado Nacional de Informação, o conjunto de publicações produzidas pela propaganda de Estado chegou a um número maior de portugueses, inscritos numa situação de semi-literacia. Montadas em carrinhas e dando seguimento ao entendimento doutrinário do Estado e António Ferro, “facilitando ao bom povo das suas aldeias e vilas a leitura de livros simples e úteis que o interessem sem o fatigar, que lhes transmitam, sem quasi dar por isso, certas noções essenciais (Heloísa, 1994; p. 111)” difundiu não só as obras produzidas pelo Secretariado como um conjunto vasto de obras pertencentes a categorias como romance histórico, romance, literatura humorística, biografias, Instrução profissional, entre outros, de autores como Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Júlio Diniz, Eça de Queiroz, Fernando Pessoa, Ramalho de Ortigão e ainda autores com um cunho mais popular.

Registe-se por fim, neste âmbito e de forma sucinta, a realização da exposição do mundo português em 1940 como expressão superlativa da acção propagandística nacionalista do Estado Novo. Realizada com o propósito de assinalar um conjunto de efemérides da história de Portugal, retira-se da nota produzida pela Presidência do Conselho, em Março de 1938, os objectivos do ambicionado programa e os fundamentos eminentemente nacionalistas que o mesmo compreendia:

“No ano que vem – 1939 – pode dizer-se que faz oitocentos anos que Portugal, contada a sua independência desde que D. Afonso Henriques se proclamou rei pela primeira vez. Em 1940 passa por seu turno o terceiro centenário da Restauração, ou seja o terceiro centenário da reafirmação, solenemente selada com o sangue de muitas batalhas, da mesma

independência (...). Entendeu-se que seria bem celebrar solenemente nos dois próximos anos as referidas datas, fundidas no mesmo significado de independência nacional e constituindo portanto um ciclo único de comemorações festivas (Fundação Calouste Gulbenkian, 1940, p 57) ”

Inscrita num conjunto de eventos e comemorações mais vasto, a par do ciclo centenário promovido, celebrou a perspectiva historicista veiculada pelo Estado Novo, exaltando o passado na perspectiva clara de consolidação e assunção do poder presente e do seu líder destacado e «providencialista», mentor do processo de «regeneração» cultural e política que então se vivia.

1.3.3. Cultura Popular

Derradeiro elemento no processo de caracterização conceptual da acção desenvolvida pela propaganda do Estado Novo, a cultura popular concretiza a síntese de valores do entendimento ideológico estabelecido por Salazar por parte do Secretariado da Propaganda Nacional.

Fixando uma gama de referências a partir de elementos da cultura popular portuguesa, os órgãos da propaganda nacional procuraram estabelecer a essência cultural do país através das manifestações distintivas de cada uma das diferentes regiões de Portugal e do «Império», projectando e expondo de acordo com a orientação doutrinária do Estado Novo, a matriz identitária de Portugal expressa numa diversidade unida em valores comuns e transversais. Sublinhando o carácter rural do país promovendo um discurso marcadamente etnográfico, vários são os elementos que nos permitem atestar a exaltação dessa ruralidade, da veiculada «felicidade» de um povo que fiel às suas tradições preservava a sua autenticidade ascendendo a um patamar espiritual e imaterial ditado por valores de simplicidade, honra e trabalho.

A Exposição de Arte Popular realizada a par das celebrações do X Aniversário da Revolução Nacional constitui o primeiro momento de celebração da vida e arte do povo português. “Expressão por assim dizer, do nosso agradecimento ao povo pela colaboração na obra empreendida (Heloísa, 1994; p.118)” – palavras de António Ferro –, ampliando parte de uma mostra promovida no ano anterior em Genebra, dividia-se em 14 secções distintas expondo um conjunto vasto de peças ligadas ao artesanato, alfaias e costumes locais, designadas por Luís Chaves no catálogo produzido pelo SPN como “Economia Regional, beleza da terra e da gente, fonte de riqueza espiritual e material (Heloísa, 1994; p. 118)”. Revisitada e reescrita no ano seguinte na Exposição de Paris, a linha definida e a imagem pretendida de Portugal repetese nos traços etnográficos e regionais usados, sustentando a exaltação do Regime e do seu ideólogo pela promoção dos valores do país filtrados pelo SPN através de mostras de folclore local, postais sobre os tipos regionais do «Império Português», elementos decorativos inspirados nos Santos Populares, doçaria regional e elementos de propaganda doutrinária como o decálogo ou testemunhos da «vocação civilizadora» de Portugal.

Em 1938 realiza-se um dos mais emblemáticos momentos da vertente propagandística relacionada com a cultura popular. Organizado com o objectivo de filiar “nessa obra do renascimento folclórico e etnográfico nacional o povo das aldeias (Heloísa, 1994; p. 120)” o «Concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal» promovido pelo SPN e direccionado directamente para os visados do concurso, o próprio povo, traduz o mais fiel exemplo recreativo levado a cabo pelo Estado Novo na lógica de construção de uma imagem culturalmente objectiva do país, de acordo com uma aspiração própria que para além de propagandística e parcial se pretendia pedagógica. Chamando ao concurso todas as aldeias do país, a selecção do grupo de finalistas por parte do júri composto por um etnógrafo e folclorista, um musicólogo, o director de um

Museu Regional e um representante da Comissão Municipal de Turismo, estabelecia-se de acordo com critérios previamente definidos: habitação, mobiliário e alfaia doméstica, trajo, artes e indústrias populares, formas de comércio, meios de transporte, poesia, contos, superstições, jogos, canto, música, coreografia, teatro, festas, fisionomia topográfica e panorâmica. Seleccionado um conjunto de doze aldeias ilustrativas das diferentes regiões do país, o resultado pretendido visava através da publicação das eleitas e da contemplada com a distinção, concertadamente com outras actividades do SPN, direccionar o público das aldeias para a visão e critérios estabelecidos pelo Estado Novo e, simultaneamente, reproduzir essa pertença simplicidade «imaculada» dos mesmos na vivência do meio urbano tão tristemente observado por Salazar, nos deturpados e pouco saudáveis hábitos que os arredavam da «pureza» doutrinária do Estado Novo. A descrição da vida nas aldeias, das actividades laborais aí desenvolvidas como o pastoreio, a agricultura ou a faina, as suas festas típicas pontuadas pelos ranchos folclóricos, a promoção da imagem de um povo humilde, profundamente arreigado aos seus valores, trabalhador, tudo isso consubstanciava um exercício metafórico ilustrativo dos valores defendidos e pretendidos pelo projecto para o país advogado pelo Salazarismo, expresso nas palavras de António Ferro aquando da entrega do «Galo de Prata» à aldeia de Monsanto, considerando-a não a mais “progressiva do país (Heloísa, 1994; p. 122)”, mas a “sentinela vigilante da Pátria (Heloísa, 1994; p. 122)”.

O Centro Regional ou Secção de Etnografia Metropolitana da Exposição do Mundo Português de 1940 constituiu-se como o espaço de celebração dos diferentes exercícios empreendidos até então em torno do mundo rural e do concurso da aldeia mais portuguesa de Portugal. Coordenado directamente por António Ferro e descrito pelo Etnógrafo Luís Chaves como sendo o local onde “estão as casas e as aldeias no que tem mais de sugestivo (Heloísa, 1994; p. 122)”, não lhe

faltando “o factor humano, vivo, da população, a cantar, a colori-las com os trajes femininos(Heloísa, 1994; p. 122)” aí se reproduziram as casas típicas das aldeias de cada uma das regiões de Portugal acompanhadas por demonstrações presenciais dos habitantes de cada uma delas, nos seus trajes próprios, das suas actividades quotidianas forjadas numa desejada imagem de simplicidade, alegria e numa moral tradicionalista e conservadora. Os visitantes ao longo do percurso proposto eram confrontados com uma diversidade estética unida por valores comuns, presenciando diversas manifestações que caracterizavam as particularidades do povo português: na Saleta dos Ourives os trabalhos de ourivesaria eram realizados à vista do público, no Pavilhão das «Artes e Indústrias» realizavam-se trabalhos de olaria, artesanato e trabalhos florais, no «Pavilhão da Doçaria» encontravam-se as diferentes especialidades regionais do país; tudo isto acompanhado pela música de ranchos folclóricos e por actuações do Teatro do Povo.

Concebido como um roteiro de Portugal projectando uma construção discursiva claramente propagandística por parte Estado Novo em relação a um país que tinha mais de encenado do que real, o Centro Regional e o espólio presente no mesmo cristalizaram na concretização do Museu de Arte Popular em 1948 materializando a importância assumida pela temática no âmbito do SPN e um testemunho do discurso e pensamento estético e histórico de António Ferro e Oliveira Salazar. Definido por António Ferro como “um exemplo de soberania espiritual, da nossa profunda diferenciação, retrato da alma de um povo que não quer renunciar nem à sua graça nem ao seu carácter (Heloísa, 1994; p. 125)”, o Museu de Arte Popular era apresentado como um paradigma da cultura popular portuguesa, filiando a definição de nacionalidade defendida por ambos, a verdadeira essência da noção «ser português».

A par das mostras expositivas e dos concursos promovidos, o SPN levou a cabo o fomento de actividades culturais cuja criação dos Bailados do Verde Gaió em 1940 e do Teatro do Povo em 1936 assumem o expoente máximo dessa mesma política.

Criado em 1940 no âmbito das comemorações do duplo centenário e inspirado na Companhia Internacional de Ballet Russa, da qual António Ferro era confesso admirador, os Bailados do Verde Gaió fomentando uma leitura clássica das expressões folclóricas portuguesas, desenvolveram ao longo da sua existência diferentes abordagens estéticas. A primeira delas, ligada ao folclore nacional, procurou através das expressões regionais ilustrar e reproduzir o discurso exposto anteriormente, onde varinas, camponeses, pastores, ao som da orquestra da Emissora Nacional, subiam ao palco apresentando obras como: «Ribatejo», «A Lenda das Amendoeiras», «O Homem de Cravo na boca», «Dança da Menina tonta» ou «Imagens da Terra e do Mar». Evoluíram posteriormente para os temas de feição nacionalista interpretando tradições, lendas, costumes, poesia, música, canções e danças ancestrais, onde o bailado «D.Sebastião» escrito pelo próprio António Ferro, assente claramente no Sebastianismo e na exaltação do mito, se assume como a principal referencia dessa fase a par do bailado «Inês de Castro».

Finalmente a última fase correspondendo ao período de menor fulgor e ocaso da Companhia – já na segunda metade dos anos 40 –, distante da matriz inicial, levou a cena alguns dos grandes clássicos da dança. Sedeada no Teatro de S. Carlos e levando a cabo inúmeras apresentações pelo país em salas de espectáculo, castelos, mosteiros, paços e mesmo no estrangeiro – França, Espanha, Brasil, Bélgica, Suiça – durante os 26 anos da sua existência, e ainda que condicionada pela orientação ideológica que fora impressa, de acordo com uma citação retirada da página do Museu Nacional do Teatro, a Companhia de Bailados Verde Gaió:

“ao mesmo tempo que serviu a arte da dança por suas exibições ou como escola de bailado, ou ainda através de permanente colaboração nas temporadas líricas de Ópera, contribuiu também para a progressiva renovação do Teatro musicado, quer no ponto de vista coreográfico e espectacular, quer quanto às exigências de bom gosto nas montagens, pela melhor e mais harmónica utilização dos elementos de decoração cénica. (Museu do Teatro [museudoteatro], 2002)”

Com objectivos próximos da linguagem veiculada pelas exposições, em Junho de 1936 é criado o Teatro do Povo como “uma tentativa modesta e sã que tem por objectivo principal espalhar um pouco de ensinamento, alegria e poesia pelas aldeias e lugarejos da nossa terra (Heloísa, 1994; p.129)” difundindo, tal como acontecia naquelas, o entendimento cultural do Estado Novo. Marcando uma primeira temporada com um pendor ainda algo clássico e erudito em termos estéticos, apesar das temáticas nacionalistas das peças «Cavalgada nas Nuvens», «Os Três Desejos» e «Um Pedido de Casamento», no ano seguinte, em 1938, e já ao abrigo do concurso de produção de textos dramáticos do SPN, as apresentações aproximaram-se dos desígnios populares propostos no seu momento fundador, caracterizando-se pela simplicidade e pela facilidade perceptiva do enredo e personagens projectadas nos meios rurais e nos espaços vivenciais das populações. Realizando-se as temporadas ao longo das épocas estivais por todo o país, mais do que simples demonstrações de cultura popular as representações levadas a cena eram poderosos elementos de propaganda ideológica e doutrinária reproduzindo os modelos e valores sociais impostos pelo Estado, num reportório que ao longo de 20 anos conta com 1134 espectáculos em 550 locais diferentes a partir de 64 textos.

Abordando temáticas que metafórica ou explicitamente enquadravam as populações nas grandes questões do Estado e da Vida Social portuguesa, através de uma linguagem depurada, peças como «Entremês da Pastorinha pretendida», «A pérola da Vila», «Auto do Boticário», «Maio-Moço», «A Feira-Nova» ou «Brasil» atestam um importante período cultural da sociedade portuguesa e as alterações nela produzida expressando a visão que Portugal tinha do mundo bem como a forma como o próprio regime o procurava projectar internamente e externamente e como pretendia que fosse perspectivado pelos portugueses. Remodelado em 1952, extinguiu-se quatro anos depois dando lugar ao Teatro Nacional Popular, com uma matriz e linguagem já diferentes da promovida em 1936, assumindo um pendor mais erudito e urbano retirando os camponeses, pastores e elementos bucólicos de cena em detrimento das personagens que ilustravam a história mundial do Teatro. Direccionado para um público mais culto e crítico, as representações de Molière, Gil Vicente e outros autores acompanharam o desejo de António Ferro aproximar o Teatro do Povo das expressões teatrais que se ensaiaram a partir do pós-guerra, mais especificamente da concepção de «Teatro Popular» desenvolvida pelo Teatro Nacional de Paris que procurava dar a conhecer à população as obras clássicas do repertório dramático nacional e estrangeiro praticando uma política de venda de bilhetes a preços acessíveis, estabelecendo uma registo mais seguro, menos improvisante, com um repertório renovado e com espaços fixos de representação.

Registe-se por fim um conjunto de actividades que diversificaram o espectro de acções empreendidas pelo Estado Novo no processo de construção propagandística do conceito de vida e arte do povo português: o 1.º Grande Festival Nacional de Folclore, em 1958, integrado nas Festas da Cidade de Lisboa, envolvendo ranchos folclóricos de todo os país; os «jogos florais» promovidos pela Emissora Nacional entre 1936 e 1949, inscritos na promoção da cultura popular através da criação de quadras e versos sobre o país e

sobre a sua diversidade identitária; a ampla difusão pela mesma Emissora Nacional da música popular portuguesa consagrada na criação por parte do SPN de um Gabinete de Estudos Musicais responsável pela recuperação dos considerados sons «típicos» da cultura popular difundidos radiofonicamente ou através de apresentações públicas; a realização de curtas e longas-metragens por António Lopes Ribeiro e Leitão de Barros retratando imagens de um Portugal animado por cenários irreais de vivências populares povoadas por personagens muitas vezes desconhecidas no âmbito das próprias populações, assentes numa mensagem de felicidade, honestidade e simplicidade, que procuravam atestar a ideia de um país feliz e «acolhedoramente» harmonioso na vivência da sua ordem interna e dos desígnios traçados pelos seus governantes e líder.

Concluindo esta primeira análise realizada em torno da construção do conceito de cultura popular por parte de Salazar e António Ferro, a imagem veiculada ilustrava um país bem diferente do real e uma população rural que longe da alegria e felicidade encenadas dos seus costumes e vivências se debatia com o peso excessivo de uma realidade de privações e necessidades que a esmagava afastando-a das imagens idílicas e imaculadas da propaganda nacional. Um povo que assistia à insinuação de uma cultura e de uma vivência das quais apenas muito superficialmente fazia parte, coreografado para sectores e estratos sociais distantes da sua cosmografia reproduzindo uma ordem refém de atavismos e de um sentido identitário que longe de real assentava no desejo e pretensão do seu líder, na firme convicção de um país que merecia ter tido e governado. A leitura realizada em torno do conceito de cultura popular desenvolvido e plasmado nas diferentes expressões atrás retratadas reflectirá em qualquer contexto esses pressupostos, inerentes a um sentido contrário ao realmente existente e encarnado pela população do país, onde os estereótipos remetem, a quem os observa, com o distanciamento necessário, para uma dimensão atemporal e paralela à realidade concreta.

1.4. Exposição do Mundo Português

Realizada no Verão do ano de 1940 num espaço compreendido entre o rio Tejo e o mosteiro dos Jerónimos a Exposição do Mundo Português, assumindo-se como a mais importante manifestação cultural do Estado Novo, revestiu-se de um sentido estético e histórico único na compreensão do pensamento de Salazar e na acção desenvolvida pela propaganda Nacional. Concebida conceptualmente pelo próprio chefe do Conselho e inserida num conjunto vasto de celebrações onde se destacam a recuperação de monumentos, construção e projecção de espaços públicos, exposições, congressos, publicações, projectou-se na exaltação de três datas da história do país, 1139 – auto proclamação de D. Afonso Henriques enquanto rei de Portugal –, 1640 – restauração da nacionalidade depois do domínio «Filipino» – e 1940 respectivamente, celebrando um sentido identitário e nacional reflectido pelo entendimento valorativo do Estado Novo, simultaneamente distinguido e louvado nos seus pressupostos ideológicos e na figura «redentora» do seu mentor. Com propósitos evocativos concretos retirando-se uma mensagem propagandística de cada um desses momentos, Salazar estabeleceu-lhes os seguintes desígnios:

“1.º Dar um tónico de alegria e confiança em si próprio ao povo português, triste, arrastado, fatalista, através da evocação dos oito séculos da sua História, que foram simultaneamente, oito séculos da História do Mundo (**1139**);

2.º Mostrar a firmeza e a eternidade da nossa independência através da restauração de **1640**.

3.º Levar os serviços, pela formação dum clima de entusiasmo criador a acelerar o ritmo dos trabalhos que tenha, entre mãos, a iniciar outros se for possível, de maneira que em **1940** se possa concluir a maior parte

das obras iniciadas ou a iniciar até então – no objectivo de sublinhar a capacidade realizadora de Portugal, os seus serviços à civilização, e o contraste impressionante entre os nossos recursos, sempre diminutos e o resultado obtidos tantas vezes admiráveis – tudo conduzindo à demonstração de que Portugal, nação civilizadora, não findou, mas que, pelo contrário, tem ainda uma alta missão a cumprir no Mundo.(DGARQ, 1938)”

Veiculando um discurso fortemente nacionalista e projectando um entendimento histórico alicerçado num processo reconstrutivo que traçava uma continuidade selectiva de acontecimentos, a convergência do discurso historicista utilizado na “exposição sobre a história de Portugal (De Castro, 1940; p.16)” encontrava no advento do Estado Novo e na figura de António de Oliveira Salazar o ponto de chegada de uma narrativa factual de oitocentos anos, apogeu da história «maior» do país, ilustrando através de um poderoso conjunto de imagens um sentido interpretativo tido e estabelecido enquanto único e oficial.

Utilizando uma linguagem propagandística inscrita na lógica firmada anteriormente, indutora de uma dinâmica cívica passivizante revelando a encenação de um país habitado por uma invulgar tranquilidade, harmonia e um ordenamento social coerente e orgânico nas suas atribuições e hierarquias, a esperança no percurso e sentido trilhado por Salazar e no sentido de Nação por ele conferido procuravam atestar no contexto belicista vivido pela Europa a certeza dessa assunção; na neutralidade assumida por Portugal no conflito uma consequência do reencontro do mesmo com a vocação do seu povo e com a matriz cultural e moral que o caracterizava possibilitada pela obra «regeneradora» de Salazar. Neste âmbito específico e através das palavras proferidas pelo responsável do comissariado da exposição, Augusto de Castro, no período de implementação do projecto, retém-se essa expressão da

acção propagandística levada a cabo no evento retirando-se, simultaneamente, a retórica empregue e pretendida por Salazar no ciclo celebrativo:

“Numa Europa enfraquecida pelas lutas materiais não será inútil demonstrar uma supremacia do Espírito. Num mundo dividido pelas dissensões da força e pelo paroxismo da violência não será descabido afirmar a existência e a confiança do Direito. Num momento em que as fronteiras caem, como castelos de cartas, sob o vendaval das ambições e o mapa das nações se refaz a dinamite, a pacífica, unânime, demonstração da grande realidade duma Pátria, imutável através dos séculos, representa a vitoriosa proclamação dum sólido Exemplo Nacional, que não pode ser indiferente.

(...) Anda a tempestade nos montes; devasta o vento a planície; nuvens descem, carregadas sobre o horizonte donde fugiu o Sol. Mas na capela, enfeitada de rosmaninho, num recanto abrigado, que Deus protege da intempérie, o sino toca a reunir os fiéis sobre o adro florido, que é o lar dum velho povo. (De Castro, 1940, p 37)”

Concebida enquanto elemento simbólico da concepção histórica do Estado Novo, “a verdadeira cidade da História de Portugal (De Castro, 1940; p.8)”, e erguida de acordo com uma linguagem revestida de contornos modernistas⁹, o documentário

⁹ São vários os arquitectos e artistas contemporâneos envolvidos no projecto de materialização do espaço cénico da exposição. Destacam-se, nesse contexto, os seguintes nomes: Cassiano Branco, Diogo de Macedo, António Soares, Mário Eloy, Júlio e António Pedro, Almada Negreiros, Arlindo Vicente, Bernardo Marques, Botelho, Eduardo Anahory, Emmérico, Estrela Faria, Frederico George, José Rocha, Jorge Barradas, Fradolfer, Lino António, Luís Dourdil, Manuel Lapa, Maria Keil, Milly Possoz, Paulo Ferreira, António da Costa, Barata Foyo, Francisco Franco, Leopoldo de Almeida, Ruy Gameiro, entre outros.

«civilizacional» projectado no espaço cénico de Belém dividia-se em diferentes segmentos correspondentes a secções com temáticas específicas.

Levantadas numa monumentalidade consentânea com o elevadíssimo orçamento atribuído à obra e atestando uma coerência discursiva emanada do pensamento de Salazar, a Exposição centrava-se na praça do Império definindo a partir daí o seu centro geográfico do qual se desenvolviam os vários pavilhões relacionados com a temática nacionalista e inseridos na «Secção Histórica», a par dos outros núcleos: o «Pavilhão de Honra e de Lisboa», o «Pavilhão dos portugueses no mundo», «Pavilhão da Independência», «Pavilhão das Descobertas» e no extremo do perímetro a monumental «Porta da Fundação». Passando pelo «Pavilhão do Brasil» e pelo «Pavilhão da Colonização» encontrava-se a «Secção Colonial», junto ao rio a «Secção de Etnografia Metropolitana» que incluía treze núcleos correspondentes às «Aldeias Portuguesas» e os «Pavilhões da Vida Popular», por detrás do Mosteiro dos Jerónimos o «Parque de Atracções» e finalmente, mesmo em frente do rio Tejo, um dos marcos simbólicos da exposição, «O Padrão dos Descobrimentos» concebido por Cottinelli Telmo e Leopoldo da Silva.

Centrando-nos nos três principais núcleos, Secção Histórica, Secção Colonial e Secção de Etnografia Metropolitana, a leitura iconográfica realizada em torno dos mesmos fornece-nos a percepção plena da gramática discursiva veiculada pela propaganda nacional, sintetizando as orientações desenvolvidas até aí em outros contextos e empregue, nos anos vindouros, nas múltiplas manifestações culturais da sociedade portuguesa e em parte das instituições museológicas do país.

«O Pavilhão da Honra e de Lisboa», inserido na «Secção Histórica» e riscado por Cristino da Silva, constitui-se, talvez, como o mais representativo desse mesmo sentido. Possuindo uma área

vastíssima de 150 metros de comprimento e 19 de altura, materializando uma enorme massa quadrangular rematada por uma torre de 50 metros de altura, os elementos decorativos retirados de monumentos inscritos na arquitectura produzida no período de expansão ultramarina, ilustravam um sentido artístico conotado com uma expressão tida enquanto tipicamente portuguesa e com a lógica e a dimensão imperialista e universal que se pretendia transmitir. Reproduzindo os motivos estilizados da Casa dos Bicos de Lisboa e da Torre de Belém e alguns elementos decorativos dos Jerónimos, a caracterização deste pavilhão cumpria-se com uma longa secção de arcaria encimada por legendas góticas alusivas à cidade e à sua história, sendo patentes e visíveis as semelhanças com os modelos arquitectónicos adoptados por alguns regimes autoritários coevos, dos quais e em especial do Italiano, António Ferro era confesso admirador.

Estabelecendo-se um breve percurso pela «Secção Histórica» sublinhe-se, de facto, o culto prestado em torno do passado e a exaltação nacionalista centrada no sistema valorativo do Estado Novo ilustrando-se através das seguintes passagens retiradas do «Pavilhão da Fundação» e do «Pavilhão dos Portugueses no Mundo» a retórica utilizada: “A Marinha Portuguesa, que através da nossa História tem desempenhado um papel glorioso, deve a D. Afonso Henriques e a Fuas Roupinho, figura que se esfuma na lenda, o seu primeiro comando (Fundação Calouste Gulbenkian, s.d)”; “Dom Fernando o Infante Santo; Antes a Morte que a perda de Ceuta! (Fundação Calouste Gulbenkian, s.d)”.

Linguagem marcadamente exacerbante e revestida de um certo sentido dramático, definia claramente um estilo e uma mensagem ideológica onde os referências morais e históricos a par de um modelo hierárquico orgânico, devidamente estruturado e com distinções simbólicas precisas, se repetiam enquanto elementos doutrinários e de vinculação, fornecendo um conjunto de “certezas” absolutas legitimadoras do poder executivo e das suas acções.”

“História Narrada em Imagens (De Castro, 1940; p. 8) ” o exercício propagandístico utilizado reproduzia um processo de simplificação conceptual reduzindo um pensamento e um corpo doutrinário a um conjunto preciso e simplificado de ideias de fácil assimilação. Refira-se ainda neste contexto e ao longo da Secção Histórica, a exaltação de temas relacionados com “A Língua, a Terra e o Espírito; As Descobertas a Conquista e a Expansão Portuguesa no Mundo; Os Monumentos; A Pequena Casa Lusitana (Direcção Geral de Arquivos, 1938)”.

A Secção Colonial assumiu um papel de destaque no contexto da Exposição, pelo seu exotismo. Reproduzindo parte do sentido da Exposição Colonial de 1934 realizada no Porto, e funcionando como corolário dialéctico do discurso produzido no «Pavilhão da Colonização», a mostra promovida em torno dos territórios ultramarinos portugueses pretendia evidenciar a diversidade de cada um dos mesmos, promovendo uma abordagem antropológica e etnográfica em relação aos povos autóctones dos diferentes países representados.

Concebida a acção colonizadora dos portugueses no mundo, ao longo da exposição, como uma demonstração de coerência, indulgência e um «raro» espírito missionário e evangelizador, assente no fim último de integração num património cultural comum – língua portuguesa e fé católica –, os vários núcleos de fisionomia colonial reproduzindo, alguns deles, aldeias habitadas por indígenas trazidos dos seus países de origem, procuravam veicular uma imagem de serena e jovial harmonia entre povo colonizador e povos colonizados enquanto marca distintiva da relação e sentido estabelecido nos domínios africanos, do Índico e Pacífico. Pavilhões como o da Guiné-Bissau, Macau ou Timor, reforçavam este tipo de experiência recriando paisagens e elementos habitacionais próprios e característicos, proporcionando, a par desse pertença sentimento de superioridade colonial, um

contacto com realidades e aspectos vivências distantes e afastados do quotidiano da maior parte dos portugueses.

Situada no, actual, Jardim Colonial do Palácio de Belém refira-se a preocupação da Comissão dos Centenários em dotar os espaços inseridos na Secção Colonial com mostras de objectos etnográficos – tais como utensílios domésticos, utensílios de caça, trajes típicos e característicos –, recorrendo ainda, como acontecia no «Pavilhão da Caça», à utilização e importação de espécimes animais vivos como forma de ilustração da diversidade natural dos vários continentes com presença portuguesa no mundo ou ainda a espécies botânicas em Pavilhões como o de Timor ou Macau.

Pretendendo evidenciar a feição imperialista portuguesa e a sua posição no alinhamento internacional enquanto país possuidor do terceiro maior império colonial em extensão do globo, a mostra colonial promovida na Exposição do Mundo Português a par da Exposição Colonial de 1934, utilizando um discurso ancorado nessa pretensão, reproduzia uma abordagem conceptual e relacional característica do início do século XXI, assente na ideia de uma cadeia hierárquica de raças, cujas Exposição Internacional Colonial de Paris de 1931, Exposição Colonial de Marselha em 1922, Exposição Etnográfica de Estugarda em 1928 a par de várias mostras etnográficas realizadas na Europa e América do Norte, houveram já projectado anteriormente.

Finalmente e concluindo esta descrição sucinta das principais secções da Exposição refira-se a Secção de Etnografia Metropolitana. Levando a cabo, igualmente, uma abordagem etnográfica mas sobre o país e a vida das suas regiões continentais e insulares, possuiu, contudo, propósitos distintos dos praticados na Secção Colonial. Sumariamente descrita, anteriormente, no âmbito das acções desenvolvidas pelo SPN na área da cultura popular, esta Secção, concebida por António Ferro e pelos etnógrafos do SPN, e definindo-se como um roteiro do país e das suas gentes, compunha-

se dos seguintes espaços: «Pavilhão da Ourivesaria», «Pavilhão do Mar e da Terra», «Pavilhão das Artes e Indústrias», «Pavilhão da Doçaria e da Panificação» e um núcleo que reproduzia réplicas das aldeias típicas de Portugal.

Expondo trabalhos de ourivesaria em filigrana e chapa batida, objectos etnográficos relacionados com actividades agrícolas, pastoris e piscatórias do interior e litoral do país, objectos trabalhados pela indústria artesanal como cestaria e alfaias diversas, trajes característicos de campinos ribatejanos, das mulheres minhotas ou bracarenses, registos das expressões musicais de cada uma das regiões, doçaria regional a par dos rituais, crenças e superstições do povo, enriquecidos por demonstrações de muitas dessas práticas ao vivo¹⁰, e recriando um conjunto de ambientes de plena ruralidade, o sentido propagandístico desta Secção assentou no propósito de transmitir uma imagem específica e concreta do povo encenada desde 1934, “imaginado pela etnografia do regime (Pires, 2003; p.32)”, filiando uma visão de simplicidade, pureza e obediência a uma ordem terrena e natural que lhe escapava e que o seu profundo desprendimento material e «elevação» espiritual tornavam «virtuosamente» e necessariamente inacessíveis”

Uma imagem de um Portugal bucólico de tradições firmadas por oitocentos anos de história, transmitida através de enquadramentos do quotidiano de um país habitado por gentes honradas, trabalhadoras, disciplinadas e tementes aos valores da religião, reencontradas na sua essência pela obra de «regeneração» do Estado Novo e do seu líder António de Oliveira Salazar, vivendo na humildade a felicidade de pertença a um país em paz e unido,

¹⁰ O sucesso desse contacto directo entre visitantes e artesãos aparece registado por um dos etnógrafos do SPN, Luís Chaves, nas seguintes palavras. “Essas secções de arte popular estavam sempre apinhadas de gente, curiosa de ver fabricar do nada do barro peças elegantes (Pires, 2003; p. 33).”

avesso às crises do mundo deflagradas no ano anterior com a segunda guerra mundial.

Rostos e expressão do «Estado Novo» celebrados no Cortejo Histórico e Ultramarino inserido no programa da Exposição, essa imensa encenação propagandística de um Portugal idealizado e desenhado pelo Regime, concluído o certame, cristalizou no Museu de Arte Popular, herdando este não só o acervo como o edifício no qual estavam contidos os vários pavilhões. “Fabricação musealizante da imagem da cultura popular (Pires, 2003; p.34)” do Estado Novo e refractário de uma mensagem puramente propagandística reveladora de uma construção ideológica, perceber plenamente o Museu de Arte Popular implica perceber os mecanismos estabelecidos entre o Estado Novo e a cultura e a apropriação propagandística impressa em muitas das suas manifestações enquanto elemento doutrinário e fidelizante da população. Encerrado o processo de caracterização ideológico do Estado Novo e de uma parte significativa dos mecanismos de instrumentalização do mesmo na concertação de um pensamento único, abre-se precisamente essa necessidade. A análise dessa relação inicia-se a partir daqui.

